

FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO: experiência em economia solidária e cooperativismo

TRAINING AND ORGANIZATION: experience in solidarity economy and cooperativismo

FORMACIÓN Y ORGANIZACIÓN: experiencia en economía solidaria y cooperativismo

Laudemir Luiz Zart

Graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco, Santa Rosa - RS, mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas.

zart@unemat.br



0000-0001-9117-0782

Maria José Dantas Souza

Mestra em Educação (2022), especialização em Economia Solidária e Políticas Públicas (2017) e graduada em DIREITO (2011), todas as formações pela Universidade do Estado de Mato Grosso.

Mjds.adv@gmail.com



0000-0002-3871-0652

Recebido: 01/04/2024

Aceito: 01/09/2024

Published: 30/11/2024

RESUMO:

Formação e Organização: experiência em economia solidária e cooperativismo é uma reflexão sobre o envolvimento de grupos constituídos de sujeitos que se dispõem a vivenciar uma experiência coletiva, em um espaço comum de comercialização em um empreendimento econômico solidário. Esses sujeitos têm como referência o cenário onde se originaram as lutas sociais, que serve de base para a estruturação do cooperativismo e para o movimento da economia solidária. Nesse sentido, tomamos o *lócus* e os sujeitos em suas dimensões territorial, histórico-social e política, na busca por responder se, e de que modo, o envolvimento dos produtores/consumidores na Cooperativa de Consumo Solidário e Sustentável (Cooperssol) se constituiu em prática pedagógica capaz de promover mudanças das práticas sociais para a constituição da cultura da solidariedade?

PALAVRAS-CHAVE: Incubação solidária; cooperativismo; educação popular; movimento social.

Introdução

O objeto de análise deste artigo é a formação e a organização da economia solidária e do cooperativismo que se configuram como movimento social e política pública. Assim, procuramos demonstrar processos históricos de constituição de iniciativas de organização econômica e de formação da classe trabalhadora.

Embasamos a metodologia de pesquisa na hermenêutica que versa sobre os referenciais teóricos da economia solidária e do cooperativismo solidário. A esse procedimento soma-se a análise das experiências de incubação solidária, realizadas pelo Núcleo de Estudos e Praxiologias da Universidade e do Mundo do Trabalho (Núcleo Unitrabalho) da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). O foco é a Cooperativa de Consumo Solidário e Sustentável (Cooperssol) como espaço de práticas

pedagógicas. Com a pesquisa de campo, expressamos as representações, visões de mundo, de cooperados/as em relação às atitudes de participação e aprendizagem.

Como resultado, apresentamos contextos e argumentos sobre bases epistemológicas e sociopolíticas de construção histórica da economia solidária e do cooperativismo solidário, bem como mostramos a experiência da Coopersol como espaço de práxis pedagógica de reflexão e da prática social da aprendizagem de relações sociais de cooperação.

A reflexão segue a perspectiva de compreensão das possibilidades da educação solidária como epistemologia histórico-crítica de aprendizagem e da organização de empreendimentos econômicos solidários. Procuramos responder como a experiência concreta de organização econômica e pedagógica ambientaliza concepções e práticas sociais de solidariedade e de compromissos éticos de inserção.

Cooperativismo e a metodologia da incubação solidária

No Brasil, o cooperativismo, compreendido como movimento social e econômico, teve suas primeiras iniciativas no século XIX, com alguns empreendimentos no estado de São Paulo e nos estados do Sul, na modalidade de consumo, produção agrícola e de crédito. Sem regulamentação até 1932, quando se registrou a primeira lei básica acerca do cooperativismo no Brasil, Decreto nº 22.239/32, que tinha como parâmetro a doutrina rochdaleana, e gozava de certa liberdade de constituição e funcionamento (Melo, 2012, p. 90).

A década de 1960 é considerada por alguns estudiosos “[...] um dos auge do cooperativismo na história do país, chegou a quatro mil cooperativas em todo o território nacional com um número de sócios 1.873.150” (Moreira, 2003, p. 204). No entanto, o avanço retrocedeu com a promulgação do Decreto nº 60.597/67, que implementou um forte controle estatal nas cooperativas, e eliminou quase que completamente os incentivos fiscais a elas destinados (Melo, 2012, p. 91).

Em 1971, foi promulgada a Lei nº 5.764/71 que definiu a Política Nacional do Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. O ponto mais criticado dessa lei é a regulamentação da representatividade única do cooperativismo brasileiro, com a fundação da Organização das Cooperativas Brasileira (OCB), na tentativa de padronizar ou homogeneizar o cooperativismo nacional. Essa regulamentação reafirma o caráter empresarial das sociedades cooperativas e excluiu as outras práticas sociais de organização que não correspondem a esse modelo. Portanto, deixando de fora e sem amparo ou representatividade as organizações de

origem popular, constituídas por grupos de sujeitos que viviam e ainda vivem às margens da sociedade capitalista. Nesse sentido, podemos depreender que a Política Nacional do Cooperativismo foi pensada para atender aos interesses dos detentores do capital, para promover o desenvolvimento econômico do país e não para superar as desigualdades sociais geradas pelo modelo capitalista hegemônico.

O cooperativismo oficial e predominante mostra-se contraditório em relação ao processo revolucionário, emancipador, de superação das desigualdades e autonomia dos/as trabalhadores/as e da propriedade coletiva dos meios de produção. Distinto do cooperativismo hegemônico, no contexto de emergência da atualidade histórica, o movimento da economia solidária e as experiências do cooperativismo solidário, protagonizado por grupos populares, em contextos urbanos e rurais, que tem em comum a realidade material de exclusão, desemprego e miséria, desafiam-se a produzir e a reproduzir a existência com a perspectiva do bem-viver, nas relações sociais de cooperação e de solidariedade.

Fundamentados em parâmetros da solidariedade, o cooperativismo solidário tem como principal diferencial a difusão de ações educativas focadas na gestão participativa e autogestionária (Singer, 2004). Um dos campos de aplicação do pensamento é o desenvolvimento econômico e social da agricultura familiar, fortalecendo a visão do cooperativismo como ferramenta para o desenvolvimento local, a partir de bases existenciais diversificadas e sustentáveis.

O modelo organizacional do cooperativismo solidário é articulado e representado pela União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). A entidade constrói, de maneira permanente e progressiva, estratégias para o fortalecimento das cooperativas singulares e as redes de cooperação. Para fertilizar as concepções e as práticas de cooperação, é realizado o Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (Pecsol), constituindo ciclos de formação e de organização com o objetivo de ampliar ações de inclusão, de participação e de empoderamento socioeconômico e cultural dos/as cooperados/as.

O cooperativismo solidário fundamenta os planejamentos e as tomadas de decisão na filosofia do bem-viver, trata-se de um pensamento e prática social nascido e socializado com as experiências dos povos originários do continente Abya Yala (Terra Viva). Essa filosofia distingue-se do conceito de bem-estar, de origem europeia, que associa a qualidade de vida ao acesso de consumo de bens materiais e culturais. Para ampliar o entendimento e indicar que a concepção de bem-viver supera o conceito de bem-estar, Costa (2015, p. 34) esclarece:

[...] o Bem-viver questiona o conceito eurocêntrico de bem-estar. É uma proposta de luta que enfrenta a colonialidade do poder. Sem minimizar a contribuição indígena, temos de aceitar que as visões andinas e amazônicas não são a única fonte inspiradora do Bem-viver. Em diversos espaços no mundo – e inclusive em círculos da cultura ocidental – há muito tempo têm se levantado diversas vozes que poderiam estar de alguma maneira em sintonia com essa visão, como os ecologistas, as feministas, os cooperativistas, os marxistas e os humanistas.

Zart (2023) demonstra que a ciência articulada com a arte leva a compreender e redimensiona a interpretação das relações sociais e o processo educacional que possibilitam aos sujeitos o poder da ação consciente, libertadora e, conseqüentemente, transformadora da condição humana existencial, material, social e cultural.

Na pesquisa de campo, quando questionamos os/as cooperados/as sobre o porquê de se tornar um/a associado/a, obtivemos as seguintes respostas:

[...] pelos princípios de solidariedade coletiva e cooperação social, com perspectivas de mudança do modelo de econômico (Edson);

[...] da teoria a práxis ser cooperada da Cooperssol me torna melhor no meu dia a dia, esse espaço me faz compreender a utopia viável, e que vale a pena buscar alternativas de viver, comer melhor e estar em grupo (Cristiane);

Para poder contribuir com pequenos agricultores (Rita);

Porque são os consumidores que decidem sobre o que é como produzir. Consumidores organizados podem estimular a produção agroecológica e orgânica de alimentos saudáveis (João);

Por concordar com os princípios da economia solidária e do cooperativismo, e entender que "fazer parte de" é uma forma de contribuir para tentar subverter a lógica do capital, e fortalecer espaços de relações sociais e econômicas emancipadoras (Ilma).

A perspectiva de mudança está explicitada nas falas dos sujeitos entrevistados, e o comprometimento com a transformação é pessoal e também coletiva. Pode-se observar que eles afirmam os valores éticos da solidariedade coletiva, da cooperação social, da auto-organização, da agroecologia, da possibilidade emancipadora e da utopia viável.

Na construção social da cooperação, os/as associados/as se preocupam mutuamente, estabelecem relações de corresponsabilidade e de construção social de realidades alternativas de experiências solidárias. A proposta é recuperar os elementos

essenciais do cooperativismo originário/utópico, em que as pessoas constroem um projeto de mudança social, juntas e para si.

A reconfiguração do movimento cooperativista, em meio a uma conjuntura de crise, provocada pelas políticas neoliberais de empobrecimento e de desemprego, tem início na década de 1990, com os movimentos e articulações de grupos de trabalhadores/as no interior das empresas falidas de capital privado devido às concorrências e abertura dos mercados nacionais ao capital predatório transnacional. Na tentativa de não perder seus empregos, na linguagem da economia solidária, postos de trabalho apropriam-se dos meios de produção e se articulam em um modo de produção coletivo. Desse processo surgiu o “novo cooperativismo”, movimento cujas bases buscam resgatar os princípios owenistas, dos pioneiros de Rochdale e de experiências mais atuais como as dos kibutzim, em Israel e de Mondragón, na Espanha (Moreira, 2003, p. 206).

Segundo Sardá (2005),

[...] no Brasil, essas formas alternativas de produção surgem em grande parte por iniciativa dos trabalhadores e conformam um campo, cuja multiplicidade de práticas nos setores econômicos mais diversos, vem sendo identificado pela expressão economia solidária. Devido ao curto período de existência, a emergência dessas experiências alternativas na esfera econômica encontra geralmente outras denominações, dependendo do país em que são prosseguidas e das suas características predominantes. Economia social, popular, solidária, do trabalho, plural, socioeconomia, são alguns dos termos em que o fenômeno se apresenta (Sardá, 2005, p. 21).

Com as experiências dos/as trabalhadores/as, ocorreu a construção da teoria da economia solidária ou sua reinvenção, que se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas, cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante (Singer, 2002, p. 112). Esse movimento é diverso e criativo e busca diferentes alternativas para superar a crise econômica, o desemprego e a exclusão dos grupos produtivos do mundo do trabalho.

Nesse contexto, destacamos o papel fundamental de duas redes estratégicas de formação, vinculadas às universidades: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Rede Unitrabalho). A partir do financiamento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), política pública que teve início em 1998, o programa passou a ser executado com regularidade e maior alocação de recursos a

partir de 2003. O objetivo principal do programa é apoiar e fomentar as incubadoras universitárias para realizar a formação e a organização de empreendimentos de economia solidária (EES), com assessoria, qualificação e assistência técnica. As incubadoras universitárias atuam como espaço de estudos, pesquisas, extensão e desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas para a organização do trabalho associado e autogestão.

Foi viabilizada por meio do Proninc a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES), experiência desenvolvida na Unemat, vinculada à Rede Unitrabalho. As incubadoras desempenham, no Brasil, o papel educativo na sociedade com atividades práticas e políticas, de disseminação da socioeconomia solidária que potencializam a organização, a produção e a geração de renda a partir das capacidades das pessoas nas suas comunidades, nos assentamentos, nos bairros e nos grupos coletivos de pertencimento.

No Brasil, no auge da execução do Proninc, 92 universidades institucionalizaram incubadoras para as atividades formativas, essenciais ao desenvolvimento social, econômico e educativo de coletividades marginalizadas pelo modelo econômico hegemônico. No caso da Unemat, a INCUBEES planeja e executa tecnologias sociais (TS) que são estratégias, conforme Bocayuva e Varanda (2009), para identificar e solucionar problemas sociais, possibilitando a superação das desigualdades através dos processos de organização experienciados na coletividade, em associações e cooperativas populares, cada vez mais utilizadas no âmbito das ações de geração de trabalho e renda. São espaços de convivência que agregam professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento com o objetivo de desenvolver pesquisas, extensão e formação-organização, para fortalecer empreendimentos da economia solidária.

É importante destacar que, nesse cenário, a extensão popular e a tecnologia social são elementos complementares fundamentais ao processo educativo que ocorre com a interação entre universidade e movimentos sociais, em que se tem como objetivo um modelo de desenvolvimento que priorize a transformação das situações sociais.

Na reflexão de Addor e Franco (2020), a tecnologia social é um movimento que se contrapõe a ideia dominante de que as tecnologias são trabalhos só de especialistas. A TS é uma construção coletiva, articulada entre técnicos, trabalhadores ou militantes dos movimentos sociais, que atuam em uma dinâmica dialógica impregnada pelos princípios e valores de quem as praticam cotidianamente. Um

exemplo disso é o trabalho desenvolvido pela INCUBEES que ocorre na perspectiva da incubação solidária. Esse conceito nasce dos diálogos e reflexões realizados por trabalhadores/as, estudantes e professores/as pesquisadores/as no âmbito do Núcleo Unitrabalho. A incubação, adjetivada de solidária,

[...] rompe com a racionalização predominante nas ciências modernas. Ela é a relação dialógica e aprendente de saberes diversos e de práticas sociais que representam o universo de linguagens, simbologias e tecnologias que condizem e promovem a existência das pessoas nos seus territórios e em conformidade com suas organizações e institucionalidades. Nesse sentido, afirmam as identidades culturais, promovem os direitos fundamentais e a igualdade social, reconhece as culturas locais, articula intercâmbios, cria novas institucionalidades, desenvolve conhecimentos adequados com os grupos sociais. Decorrem destes pressupostos éticos e políticos concepções e ações metodológicas que configuram a incubação solidária como um processo de produção social solidária (Zart, 2019, p. 160).

Desse modo, a incubação solidária,

[...] é a responsabilidade política e epistemológica com os grupos sociais à margem de possibilidades de formação, de trabalho, de renda e de desenvolvimento. As metodologias são participativas, as proposições e ações compartilhadas. As aprendizagens dialógicas são provocativas de possibilidades geradoras de respostas a problemas e questões econômicas e ecológicas que configuram a existência dos grupos sociais (Zart, 2016, p. 06).

Nesse sentido, a incubação solidária se consubstancia em processos educativos simbólicos que geram, entre os participantes, um comprometimento coletivo com a promoção do bem-viver, na perspectiva filosófica, como define Acosta:

[...] o Bem-viver é uma filosofia de vida que abre as portas para a construção de um projeto emancipador. Um projeto que, ao haver somado histórias de lutas, de resistência e de propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências locais, às que deverão somar-se contribuições provenientes de diversas latitudes, posiciona-se como ponto de partida para estabelecer democraticamente sociedades sustentáveis (Acosta, 2015, p. 40).

A proposta da consolidação de um espaço de comercialização, alinhado a esses processos formativos, não se restringe à rotina comercial de um empreendimento comercial comum. A concepção é mais ampla, pois se dispõe a desenvolver uma filosofia de vida que abre caminhos a um projeto emancipador que é o reflexo de lutas sociais históricas que reivindicam uma sociedade justa e democrática.

A incubação solidária retoma os princípios da educação popular em um processo que articula e integra elementos imprescindíveis para a constituição e consolidação de organizações coletivas com perfis emancipadores. Segundo Zart (2017), esses elementos são a ação mobilizadora que reúne uma coletividade disforme e conflituosa em torno de um direcionamento comum, ou seja, é a força política movida para unir pessoas; o reconhecimento da realidade cultural, econômica, política, ecológica, social etc., de inserção dessas pessoas. Para desenvolver ações educativas e de organização dos sujeitos sociais, a formação é concebida como instrumento de qualificação técnica e política para interpretar criticamente a realidade e a competência organizativa dos processos coletivos.

A organização como processualidade gerencial das atividades coletivas institucional, por exemplo, atua como: registro e controle contábil, elaboração de estatutos e regimentos, registro de atas de reunião e assembleias entre outras demandas gerenciais. O desenvolvimento do empreendimento do campo dá capacidade financeira e econômica de investimento para gerar trabalho, renda e variabilidade de oferta de produtos e serviços aos associados e à comunidade. Em outras palavras, a incubação solidária é uma tecnologia social como processo a serviço das organizações coletivas populares para constituir, estruturar e viabilizar os empreendimentos da economia solidária.

A economia solidária: movimento social e política pública

Historicamente, os movimentos sociais no Brasil ganham e perdem forças, mudam as necessidades sociais e as lutas ganham novos contornos, como os operários, os assalariados, os analfabetos, os sem-terra, os sem-teto, os trabalhadores rurais, os estudantes, as mulheres, os indígenas, os quilombolas, os negros, os catadores de recicláveis, os LGBTQIA+, os ribeirinhos e tantos outros. Esses grupos, por uma situação de exclusão, organizaram-se e passaram a reivindicar voz e vez na sociedade capitalista, e lutam por direitos ou pela sua efetivação, constitucionalmente garantidos, mas ainda carentes de regulamentação para sua devida aplicação na sociedade.

As organizações sociais, consideradas com “novos contornos”, compõem a categoria dos novos movimentos sociais. O termo “novo” é utilizado para diferenciar os movimentos sociais que surgem a partir da década de 1960, que se diferenciam dos movimentos sociais tradicionais que se organizavam por questão da identidade, aqueles, por sua vez, se organizavam e se ligavam em relação a questões materiais,

com contornos emancipatórios para questionar a capacidade do Estado, para remediar os efeitos do mercado, por exemplo, o movimento social pelos direitos humanos ou os relacionados a questões ambientais (Cunha, 2003, p. 50).

E tanto nos movimentos tradicionais quanto nos novos, a economia solidária ganha força e recebe influências de várias instituições e organizações, como da igreja católica, dos sindicatos e partidos políticos de esquerda, para mencionar alguns, e, por conseguinte, ganha contornos de proposta socialista, pois tem como princípios: autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário. Essas influências, de uma ou outra forma, convergem de modo a buscar uma sociedade justa, livre e solidária, cuja prática de trabalho social, econômica, política e cultural colabore com e para o bem-viver de todas as pessoas, ou ainda,

[...] ao considerarmos a colaboração solidária como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, l e pública, introduzimos no cerne desta definição o excede um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal humano da liberdade [...] (Mance, 1999, p. 178).

Contudo, segundo Gohn (1999), os movimentos sociais são forças produtivas essenciais na sociedade moderna inclusive por serem agentes construtores de uma nova ordem social. Para a autora, os movimentos sociais têm sua importância assinalada na história, embora marcados por ciclos de alta e baixa expressividade, sem, contudo, macular sua incontestável força sociopolítica e a capacidade que tais movimentos têm de impulsionar significativas mudanças sociais.

Entendemos a categoria economia solidária, como movimento social que, recoloca o ser humano no centro da vida econômica, procurando conciliar produção e circulação de riqueza com emancipação humana em direção a uma sociedade mais justa e igualitária (Barreto, 2003).

A economia solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isso porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de economia solidária se projetam no espaço público, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

É fundamental ressaltar que a economia solidária não se confunde com o denominado "terceiro setor", que substitui o Estado nas suas obrigações legais e inibe a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores de se colocarem como sujeitos

protagonistas de direitos. A economia solidária reafirma, assim, a emergência de atores sociais, ou seja, a emancipação de trabalhadoras/trabalhadores como sujeitos históricos.

Desse modo, a economia solidária é compreendida como uma alternativa inovadora na geração de trabalho e na inclusão social, que se consolida na forma de rede que integra, de quem produz, de quem vende, troca e compra, como prática de bem-viver. A economia solidária, como política pública, considera o processo de articulação dos movimentos populares, no sentido de viabilizar junto ao Estado brasileiro instrumentos de garantias de direitos constitucionais com pouco ou nenhuma efetividade no contexto social.

No transcorrer da década de 1990, surgiram algumas organizações com o objetivo de formar e organizar a classe trabalhadora. No cenário da auto-organização, surge a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag), criada em 1994, durante o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores em empresas de autogestão, ela foi inspirada na experiência da indústria de calçados Makley em Franca/SP, que se converteu em cooperativa autogestionária e prosperou significativamente; a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT), criada no final de 1999, que se constituiu um importante polo do movimento da economia solidária a dialogar diretamente com o governo e as entidades sindicais; as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que oferecem formação, assistência e consultoria a empreendimentos solidários, tornando-se grandes unidades de estudo e difusão de cooperativas e grupos de trabalho solidários. Essas incubadoras foram criadas em meados da década de 1990 com o objetivo de envolver as pessoas com referenciais teóricos, técnicos e os conhecimentos das universidades para a formação, qualificação e assessoria de trabalhadores em atividades autogestionárias, que visam à inclusão e à transformação social.

Além dessas, outras instituições foram criadas, tais como: a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), que auxilia no planejamento, organização e comercialização dos produtos e serviços, presentes nos assentamentos rurais; a ONG Cáritas do Brasil, entidade não governamental, de cunho religioso, que incorporou princípios do empreendedorismo popular como forma alternativa ao capitalismo, atuando de modo cooperativo aos movimentos solidários, atuando na formação de Projetos Alternativo Comunitário (PACs); a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), criada em 1996, é uma rede de

universidades e de seus pesquisadores/as com o foco na diversidade do mundo do trabalho e, em especial, na economia solidária. No ano de 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A secretaria é fruto de uma história de mobilização e articulação do movimento da economia solidária existente no país, organizada no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Nesse processo, a economia solidária ganha contorno de política pública, aqui entendida como diretriz para enfrentar um problema público, qual seja, a marginalização dos trabalhadores excluídos pelo capitalismo. É relevante compreender que a economia solidária, compreendida como política pública, é o resultado das lutas sociais e foi constituída por múltiplos atores governamentais e não governamentais. Ao mesmo tempo, ao se tornar uma política pública, não deixou de ser um movimento social, pois, como afirma Gadotti, “[...] a economia solidária, mais que um modelo de produção, é um modo de vida” (2009, p. 14).

Segundo Praxedes (2009),

[...] compreender a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento solidário pressupõe concebê-la como instrumentos e ferramentas instituídos como direitos perenes dos trabalhadores e trabalhadoras e dever de um Estado republicano e democrático. Para a Rede de Gestores, a economia solidária compõe a agenda pública nessa perspectiva significa o reconhecimento de novos sujeitos sociais e novos direitos de cidadania, o reconhecimento de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, propiciado aos bens e recursos públicos (Praxedes, 2009, pp. 39-40).

Vale sublinhar que política pública nesse segmento é uma realidade que compõe um cenário recente e em construção no Brasil, mas tem encontrado aporte nos estados e municípios e merece registro o empenho desses em aprovar leis, instituindo políticas de apoio e fomento à economia solidária.

A efetivação dessas ações tem se consubstanciado em conquistas do movimento ES e em melhoria de vidas de muitas pessoas. Como exemplo, citamos o estado da Bahia que criou um fundo estadual de combate à pobreza, o que vem possibilitando um conjunto de iniciativas e apoio a empreendimentos econômicos solidários, como a participação e acesso a outros programas: Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS); Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf); e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Praxedes, 2009, p. 59).

Sob a perspectiva dos movimentos sociais populares e da sua força pulsante foi possível construir um cenário econômico, político e social mais inclusivo, justo e democrático. A dinâmica social com aporte no pluralismo jurídico, fenômeno

decorrente da complexidade humana que nasce a partir da inadequação da concepção unitária e centralizadora do direito e das exigências da nova realidade complexa dos conflitos humanos, também foram fundamentadas na existência de mais de uma realidade social, dando atenção às várias formas de ação prática e à complexidade de áreas sociais com características próprias que compõem o mundo jurídico ao qual estamos imersos.

Assim, entendemos que o fundamento jurídico das políticas públicas de fomento à socioeconomia solidária, que vinha sendo promulgada no país nas últimas décadas, retrocedeu desde o golpe ao governo Dilma Rousseff. A Senaes foi extinta em 4 de novembro de 2016, após treze anos de atuação, em seu lugar foi criada a Subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria do Trabalho, no âmbito do Ministério da Economia. Essa mudança representou uma redução da participação e financiamento público federal nas ações de desenvolvimento que pautam a economia solidária. Não demorou muito e esta subsecretaria deixou de existir, após a mudança de governo, com as eleições de 2018 e ascensão da extrema direita no Brasil. O movimento de economia solidária seguiu sem incentivo federal no governo de Bolsonaro, contudo, resistindo nos âmbitos estaduais e municipais.

Com a posse do governo Lula em 2023 foi recriada a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes). Avaliamos que, na política pública, há a necessidade de aprofundar as ações de desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários que representam modalidades de organizações econômicas, originadas da livre associação de trabalhadores e trabalhadoras, movidos/as por suas convicções ou excluídos/as do mercado de trabalho formal, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência. Esses empreendimentos combinam as atividades econômicas com práxis educativa e sociocultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que surgem, buscando gerar resultados materiais efetivos e ganhos extraeconômicos. As virtudes desses empreendimentos não estão [pré] determinadas, mas constituem tendências que se concretizam em menor ou maior intensidade de acordo com as condições objetivas e subjetivas, em que se desenvolve cada experiência (Gaiger, 2003).

A economia solidária como base epistemológica e educacional

A economia solidária, como base epistemológica e educacional, fundamenta-se no modo como o movimento social vai se configurando ao longo do processo de lutas, conquistas e retrocessos, vivenciados pelos sujeitos históricos. Essa base

epistemológica consubstancia-se na processualidade de uma teoria experienciada e na prática científica, refletida, questionada, dialogada, aprimorada e ressignificada pelos sujeitos envolvidos.

O movimento do ir e vir entre teoria e prática, prática e teoria, remete às múltiplas dimensões desse processo de práxis pedagógica que é a Economia Solidária. Gadotti (2009), ao escrever “Economia Solidária como Práxis Pedagógica”, afirma,

[...] as pedagogias clássicas não dão conta da riqueza dessa nova realidade econômico-política que está se constituindo hoje. O ensino da autogestão é um exemplo prático. Como ensinar a autogestão? Só pelo exemplo. Não dá para ensinar autogestão com “lições de autogestão”, como não dá para ensinar democracia com “lições de democracia”. Essa é uma pedagogia a ser construída com a prática. [...] Trata-se de construir valores, uma cultura, juntos (Gadotti, 2009, p. 36).

Em outras palavras, os implicados nesse processo vão se constituindo e, coletivamente, consolidam valores que corroboram uma cultura solidária, cooperativa, política, inclusiva, libertária, sensível, sustentável, diversa, justa etc., alinhando as dimensões da vida humana para essa utopia viável.

Sua base epistemológica é constituída na dinâmica do movimento social, em que reproduz a vida humana na perspectiva do trabalho associado, autogestionário, na propriedade coletiva dos meios de produção, na participação democrática, nas tomadas de decisão coletivas, entre outros instrumentos.

O trabalho associado é uma categoria importantíssima nos empreendimentos econômicos solidários, uma forma de organização que promove a autonomia dos sujeitos e produz saberes a partir de suas experiências nas relações de trabalho. Segundo Fischer e Tiriba,

[...] o conceito tem relação com a ideia de práxis, saber popular, saberes da experiência, conhecimento tácito, trabalho como princípio educativo, produção de saberes em situação de trabalho, produção e legitimação de saberes do/no trabalho (2009 e p. 186).

Para Fischer e Tiriba, são,

[...] os saberes produzidos pelos trabalhadores nos processos de trabalho que se caracterizam pela apropriação coletiva dos meios de produção, pela distribuição igualitária dos frutos do trabalho e pela gestão democrática das decisões quanto à utilização dos excedentes (sobras) e aos rumos da produção (Fischer & Tiriba 2009, pp. 293/8).

O trabalho associado é uma forma de organização do trabalho coletivo, a qual se constitui base na apropriação coletiva dos meios de produção, na distribuição igualitária dos frutos do trabalho, gerando cooperação, solidariedade, capacidade de deliberação e tomada de decisão em coletivo, para que seja possível o efetivo exercício da democracia no espaço de trabalho.

Compreendemos, ainda, o trabalho associado como estratégia político-pedagógica no campo da economia solidária. Por se tratar de uma pedagogia da produção associada, que visa à ação, pesquisa, produção, mobilização e à sistematização de saberes, voltado ao fortalecimento das relações de trabalho, em uma perspectiva de autogestão e de criação de uma nova sociabilidade, pautada em valores e conceitos diferentes ao da lógica dominante, consideramos, portanto, o trabalho associado,

[...] como perspectiva político-pedagógicas distintas do capital, a pedagogia da produção associada apresenta-se como campo teórico-prático que visa ao estudo e à concretização dos processos educativos cujos objetivos de ação e pesquisa são a socialização, produção, mobilização e sistematização de saberes voltados ao fortalecimento de atividades econômicas fundadas na autogestão do trabalho e da vida em sociedade, contribuindo para a formação humana omnilateral [...] (Fischer & Tiriba, 2009, p. 297).

Nesse sentido, há uma interligação dos processos na perspectiva de transformação dos sujeitos individuais e coletivos para uma atuação autônoma e consciente na vida na sociedade.

O movimento é parte fundamental da formação do homem omnilateral, compreendendo o desenvolvimento integral do indivíduo, em todas as potencialidades e em todos os sentidos, pois, “[...] o homem desenvolvido é precisamente aquele que tem necessidade da totalidade das manifestações da vida humana [...]” (Marx & Engels, 1978, p. 238). Esse princípio formativo implica diretamente o processo de mudança e de transformação social, porque se inicia no sujeito que toma consciência de si, do seu papel no mundo e se reconhece e se localiza em seu tempo histórico.

Nas palavras de Freire (2005, p. 104), “[...] a existência dos homens se dá no mundo que eles recriam e transformam incessantemente”. O mundo para o/a homem/mulher é um espaço físico e histórico. E essa existência histórica e cultural do ser humano no mundo em relação a como nos constituímos seres da práxis pela ação-reflexão, capaz de transformar o mundo e a si mesmos e, ao mesmo tempo,

determinada socialmente, parte da organização coletiva em torno do mundo do trabalho que irá repercutir na produção e reprodução humana.

Assim, a partir da perspectiva de Marx, ratificada por Arroyo (1998), concebemos o trabalho como princípio educativo, pois

[...] o trabalho como princípio educativo situa-se em um campo de preocupações com os vínculos entre vida produtiva e cultura, com o humanismo, com a constituição histórica do ser humano, de sua formação intelectual e coletiva, sua emancipação. Situa-se no campo de preocupações com a universalidade dos sujeitos humanos, com a base material (a técnica, a produção, o trabalho), de toda atividade intelectual e moral, de todo processo humanizador (Arroyo, 1998, p. 152).

Desse modo, o campo formativo trabalho-educação-trabalho exige uma articulação desafiadora entre conhecimento e ação que redimensiona a racionalidade dos processos educativos e dos processos de trabalho, que tem como um de seus objetivos o de materializar a cultura do trabalho associado. Esse movimento dialético é

[...] o desafio – de relacionar teoria e prática, de articular o técnico ao político, de vislumbrar uma cultura do trabalho que não fique apenas nas nuvens, mas que possa, paulatinamente, materializar-se no chão da produção associada (Tiriba, 2001, p. 05).

Entendemos, portanto, que o trabalho associado constitui-se na cultura do trabalho coletivo, que se contrapõe ao modo capitalista, mas que se forma dentro dessa estrutura de sociedade e que seus protagonistas são sujeitos cuja existência foi e é forjada também pela cultura capitalista, porque esse modelo de sociedade ainda não foi superado. E existir, nesse contexto, com a pretensão de se contrapor aos modelos de mercado, ao atuar com outras práticas e outros valores que são a cooperação, solidariedade, gestão democrática, apropriação coletiva dos meios de produção etc. vai, indubitavelmente, evidenciar as contradições e as “situações-limites” no cotidiano das relações. São desafios a serem superados, e essa superação acontece no processo da ação-reflexão-ação das experiências do dia-a-dia.

Para ilustrar a nossa perspectiva, pautamos na interpretação de Zart ao evidenciar que “[...] a interação dos sujeitos sociais é também a comunicação de conhecimentos científicos e dos conhecimentos ordinários, ou dos que provém das experiências cotidianas das pessoas relacionadas às suas práticas sociais” (2019, p. 158/159).

Constituir relações produtivas na perspectiva humanista e humanizadora na sociedade contemporânea que tem como valores a competição, a meritocracia, a hierarquização das relações e a coisificação dos sujeitos exige dos/as trabalhadores/as associados/as o superesforço de se tornar “homem/mulher novo/a”, que, segundo Freire, “[...] nasce da superação das contradições libertando-se das condições: opressor/oprimido e move-se em ação libertadora” (Freire, 2005, p. 38).

Educação solidária: prática e pedagogia social nos espaços não escolares

A temática educação solidária nos remete à origem da palavra “solidário” e “solidariedade”, vocábulos formados em nosso próprio idioma em meados do século XIX, a partir do adjetivo “sólido”, que significa algo que tem solidez, é firme e consistente. Nas palavras de Mance “[...] significa algo forte, que dificilmente se deixa destruir por uma força externa” (2000, p. 17).

E é com essa compreensão que discorreremos sobre educação solidária, em que o sentido desse termo fixa suas raízes no campo sólido, das relações sociais humanizadora, em evidente contraposição ao sentido conservador da palavra.

Conforme pondera Zart (2012),

[...] conceituar a solidariedade no sentido da construção social da solidez das relações humanas, portanto das práticas sociais e da consciência superior humana. Esta assertiva leva à contraposição de atitudes e de concepções que traduzem a solidariedade como um fenômeno cultural e econômico que se coloca no cenário político de reprodução das dependências sociais. São as práticas que se limitam ao ato de dar algo a alguém em momentos de extrema necessidade. Caracterizada por atitudes paternalistas, reproduzem a servidão e a escravidão social. A solidariedade neste sentido é uma atitude conservadora, mantenedora das estruturas de dominação e de exploração, tanto nas relações sociais políticas quanto nas econômicas. A solidariedade conservadora é geradora da cultura do quietismo, do silenciamento, da desesperança, do esperar, da passividade (Zart, 2012, p. 116).

Nossa atitude, no processo educativo, é contrária ao silenciamento e à servidão social e, para tanto, tomamos como base a pedagogia freireana, em que os processos formativos educacionais envolvem “gentes” em comunicação sobre a inteligibilidade do mundo, no movimento cognitivo complementar do ensino-aprendizagem e em crescimento interpessoal permanente.

Freire é incisivo ao dizer: “[...] transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador” (Freire, 1996, p. 33). Enquanto a educação

tradicional centra-se no treinamento técnico, a concepção freireana concebe o processo formativo em sua integralidade e “[...] respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substancialmente formar” (Freire, 1997, p. 37).

Para Freire, a educação formativa permite que o aprendiz se torne autor do seu próprio conhecimento, curioso diante daquilo que se encontra nas frestas do conhecimento apresentado, e também se sentindo crescentemente instigado diante daquilo que lhe parece obscuro e que exige uma iniciativa de compreensão mais criativa e criadora. Para o autor, “[...] a prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, da permanência do hoje” (Freire, 1997, p. 161).

A pedagogia freireana é um dos campos do conhecimento que possibilita o processo formativo crítico, libertador e acima de tudo humanizador. Educa-se como o outro demonstra a vocação ontológica para a humanização que lança o ser humano para a busca permanente e livre de se conhecer, conhecendo o mundo e nele atuando ativa e conscientemente. Essa é a máxima expressão da sua filosofia educacional, também conhecida por Pedagogia da Humanização.

Quando consideramos o processo formativo nas relações de trabalho, especialmente no âmbito dos empreendimentos econômicos solidários, nos dispomos a vislumbrar formas alternativas de trabalho e de aprender com o outro nesses processos.

Sobre isso, Machado afirma que,

[...] a relação trabalho-educação tem como um de seus propósitos lutar pela criação de formas alternativas de trabalho, em contraposição à forma de trabalho capitalista, e essa não é uma tarefa simples quando se fala e age a partir da sociedade capitalista ou se vive no seio dessa sociedade. Pelo contrário, esse é um campo extremamente complexo, carregado de contradições, dúvidas, e aberto, ainda, a muitas construções (Machado, 2010, p. 14).

As implicações desse processo de formação, já mencionado anteriormente, é um desafio de todos os dias, mas, diz Freitas,

[...] Este é um desafio coletivo, que envolve a compreensão de que é necessário fazer de nossos espaços, nos limites da estrutura da universidade e das condições históricas que temos, um local de trabalho, a fim de que façamos deste trabalho a fonte do processo de conhecimento (Freitas, 1996, p. 236).

A busca pela compreensão do que é necessário fazer de/em nossos espaços de trabalho para que seja um lugar de formação, de transformação e de propagação de uma cultura dialógica, dialética, crítica reflexiva e de práticas conscientes, exige dos sujeitos envolvidos no processo o constante ir e vir entre a teoria e a prática, a ação e a reflexão. E esse ir e vir aguça nossas percepções, nosso olhar crítico e nos revela as denominadas “situações-limites”. Essas condições, na maioria das vezes, inviabilizam o crescimento e a humanização, pois se encontram circunscritas a limites dentro dos quais operam a desatenção, a aceitação, a subserviência às práticas autoritárias, alienantes e dominantes da sociedade capitalista. São obstáculos que precisam ser transpostos.

Segundo Freire,

[...] ao se separarem do mundo, que objetivam, ao separarem sua atividade de si mesmo, ao terem o ponto de decisão de sua atividade de si, em suas relações com o mundo e com os outros, os homens ultrapassaram as “situações-limites”, que não devem ser tomadas como se fossem barreiras insuperáveis, mais além das quais nada existisse. No momento mesmo em que os homens as apreendem como freio, em que elas se configuram como obstáculo à sua liberdade, se transformam em “percebidos destacado” em sua “visão de fundo”. Revelam-se, assim, como realmente são: dimensões concretas e históricas de uma dada realidade (Freire, 2005, p. 104).

Significa dizer que ter consciência das “situações-limites” lança os sujeitos no campo das possibilidades, “[...] a fronteira entre o ser e o ser mais”, na literalidade do que fala Vieira Pinto (2005). Em outras palavras, a identificação das “situações-limites” nos conduz aos processos de superação e de libertação das condições até então consideradas aniquilantes. É mais ou menos como tomar consciência do que limita, onde limita e como limita, e a partir dessa compreensão, podemos buscar os caminhos para a libertação ou superação desses limites.

A ação dos seres humanos sobre si mesmo e sobre o mundo cria o domínio da cultura e da história, porque só os humanos são seres da práxis. “Práxis que, sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação” (Freire, 2006, p. 106).

Desse nodo, as experiências nos empreendimentos econômicos solidários são a viva expressão desse processo crítico/libertário em que se colocaram esses sujeitos que, dando-se conta das “situações-limites” impostas pela sociedade do capital, propuseram-se a viabilizar outros modos de produzir e existir no mundo.

Ao considerarmos a Coopersol um lugar de práxis, certamente é também um campo fecundo de troca de saberes, de articulação de processos educativos. Principalmente se ressaltarmos à natureza pedagógica do trabalho, considerando a sua essencialidade no processo de constituição do ser social, pois, como nos ensina Machado (2003), o trabalho

[...] é mecanismo fundante da práxis social, contendo uma subjetividade, e representando ao mesmo tempo, uma nova objetivação do ser social, o salto da animalidade para o ente social. O que equivale a dizer que a gênese do ser social se baseia no trabalho, com a diversidade de relações e interações que comporta, seja do homem com a natureza, seja do homem com outros homens. Parece compreensível, pois, que o trabalho ocupe uma posição de centralidade na análise das práticas sociais, políticas e econômicas das sociedades modernas e contemporâneas (Machado, 2003, p. 101).

Nesse sentido, o trabalho como prática livre e espontânea dos sujeitos assume uma perspectiva positiva e, conseqüentemente, significativa para as pessoas no âmbito do movimento da socioeconomia solidária que experienciam

[...] o processo de trabalho como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana [...] (Marx, 1983, p. 153).

Ou seja, o trabalho, como atividade realizada para produzir valor de uso, é significativo, pedagógico, emancipador; é processo criativo e educativo de construção e reconstrução da existência material. Assim, durante o trabalho de campo perguntamos aos sujeitos da pesquisa o que era trabalho para eles/elas, e obtivemos as seguintes respostas:

É um conjunto de atividades que fazemos para conseguir algo ou alguma coisa (Alcilene);

Trabalho são ações que desenvolvemos diariamente individualmente ou no coletivo para atingir nossos objetivos e nossas necessidades, mesmo não sendo remunerado (Eliane);

É toda ação realizada com o objetivo de promover a existência humana (Neuzo);

O trabalho faz parte da nossa vida, ocupa nossa mente, nosso pensamento, dá conforto para nossa família para suprir nossa necessidade, paga nossas contas (Jandira).

As respostas dos sujeitos da pesquisa, com perfis distintos, sejam pela idade ou pela realidade cultural, territorial e de trabalho, demonstram a consciência do que é trabalho para eles/elas, no sentido que Marx dá à categoria trabalho na sociedade não capitalista. Ou seja, as respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa demonstram, de modo contundente, o valor do trabalho na sua dimensão existencial emancipadora, não alienada. Revelam a percepção das pessoas que vivenciam os processos educativos nos movimentos sociais contra-hegemônicos.

As falas acima representam três gerações distintas de produtores, a juventude, os adultos e os idosos, cada qual traz consigo a experiência da sua caminhada e remetem à natureza existencial do trabalho. É possível que, a maioria deles/as jamais tenha ouvido falar em Marx, mas em todas as falas identificamos o conceito marxista da categoria trabalho. Assim, encontramos nas respostas dos sujeitos a intrínseca relação do saber empírico com o saber científico conceitual da categoria trabalho. O trabalho é para os homens e mulheres uma ação que marca sua existência na história da sociedade.

Podemos dizer que respostas como essas: “é toda ação realizada com o objetivo de promover a existência humana” e “trabalho são ações que desenvolvemos diariamente individualmente ou no coletivo para atingir nossos objetivos e nossas necessidades, mesmo não sendo remunerado” contemplam todas as formas de trabalho humano, ao mesmo tempo em que, implicitamente, ressalta o valor da ação do trabalho do/da homem/mulher histórico, provendo sua existência no mundo.

À Guisa de conclusão: a Cooperssol como espaço de práticas pedagógicas

É importante, portanto, ressaltar que a Cooperssol é um espaço criado em um contexto de formação e extensão universitária, ou melhor, de extensão popular que se substancia materialmente em um espaço não formal, com natureza educativa por ser um lugar onde se vivenciam processos educacionais e práticas pedagógicas.

Nesse momento, cabe uma breve reflexão sobre os termos “extensão universitária” e “extensão popular”, evidenciando nossa escolha pela utilização do segundo termo em nossa reflexão. A “extensão universitária” é entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. E a expressão “extensão popular” propõe a superação desse modelo e de valores educacionais, sendo encarada como um “[...] trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre essa realidade objetiva, produzindo

conhecimento que visam à transformação social” (Fórum de Pró-Reitores *apud* Neto, 2014, p. 41).

Para Melo Neto (2019),

A construção dessa perspectiva teórico-prática cobra uma caracterização, mesmo tênue, do tipo de sociedade que se deseja superar e as suas políticas dominantes. Dessa forma, urge um olhar crítico sobre aquilo que se está vivenciando e, assim, abre-se a possibilidade de ações na perspectiva coletiva de sua superação, a partir de uma melhor compreensão do mundo que se vive (Melo Neto, 2019, p. 36).

Compreender o mundo que se vive é fundamental e imprescindível para entender, entre outras coisas, que a formação acadêmica sem a prática social do trabalho é um processo de alienação dos sujeitos, futuros trabalhadores/as, que irão exercer suas profissões sem conhecer sua realidade social e sem implicação com a coletividade a qual pertence.

Com isso, podemos afirmar que o Núcleo Unitrabalho tem fomentado com os projetos de extensão, o processo interativo de trabalho e educação, entre academia e sociedade. Promove com isso, o pensamento crítico dos sujeitos envolvidos, em relação à realidade e as suas práticas sociais.

O trabalho, em sua perspectiva educacional, ocupa um papel central nesse processo porque tem o condão de ligar o ensino e a pesquisa à realidade, ao mesmo tempo em que promove reflexão sobre as práticas acadêmicas de docentes e estudantes para um ensino crítico, não alienado e comprometido com a sociedade. A Cooperssol é um exemplo desse processo educativo que une academia e sociedade em torno de um objetivo comum para repensar a existência coletiva do modelo social de competição e de concorrência no qual estamos inseridos.

A experiência com a Cooperssol, espaço de comercialização organizado com perspectivas distintas ao do mercado capitalista, vem buscando fomentar a interação entre produtores/as e consumidores/as no sentido de que juntos possam experienciar e fazer trocas de saberes que promovam e aperfeiçoem práticas de produção responsável e sustentável e de consumo como ato político crítico e consciente das suas interligações educativas e culturais.

Nesse sentido, observamos que diálogos formativos, com temáticas sobre agroecologia, agrofloresta, produção sustentável, segurança alimentar, sementes crioulas, orgânicos etc. têm ultrapassado os limites das falas/debates e se estendido às práticas cotidianas dos sujeitos envolvidos.

Observamos, no espaço da Cooperssol, que produtores/as e consumidores/as, demonstram, a partir das experiências de cooperação e na interação sociocognitiva, familiaridade e compreensão sobre as temáticas de organização da economia solidária. A ambiência de aprendizagem nos remete a dois elementos importantes: o primeiro relacionado ao processo formativo e educativo dos sujeitos; o segundo, ao aspecto cultural de trabalho.

Para Marx (1983) é

[...] o processo de trabalho como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana [...] (Marx, 1983, p. 153).

Os sujeitos integrantes da experiência da cooperação têm buscado constituir relações e interações de transformação social, possíveis e viáveis no espaço tempo da sociabilidade crítica e criativa. Desse modo, as práticas pedagógicas, consideradas práticas sociais complexas, que no espaço escolar exigem planejamento, método e sistematização, no espaço da Cooperssol adotam a dinâmica dos movimentos sociais, na perspectiva da educação solidária. E o que isso significa? Nessa análise, podemos dizer que o processo de interação e diálogo dos sujeitos, ao refletirem sobre seus espaços e realidade local, do cotidiano, apresentam demandas, as quais são transformadas em temas geradores e, a partir desses, são pensadas e articuladas ações concretas. Essas ações apresentam planejamentos e métodos alinhados ao saber-fazer das pessoas envolvidas, que inseridas em seus espaços produzem e socializam novos saberes.

Nessa experiência as relações se desenvolvem de modo horizontal e entre a diversidade de saberes de professores/as, de produtores/as, de consumidores/as, estudantes e profissionais das diversas áreas de formação, pois no processo da formação e da organização da economia solidária e do cooperativismo solidário todos/as são aprendentes e ensinantes.

Referências

- Acosta, A. (2015). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. (T. Breda, Trad.). Editora: Elefante.
- Arroyo, M. (1998). Trabalho, Educação e Teoria Pedagógica. In G. Frigotto, (Org.), *Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Barreto, A. V. B. (2003). *Cultura da Cooperação: subsídios para uma economia solidária*. São Paulo: Contexto.
- Faria, M. S. (2005). *Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital*. Florianópolis.
- Freitas, H. C. L. de. (1996). *O Trabalho como Princípio Articulador na Prática de Ensino e nos Estágios*. Campinas-SP: Papyrus.
- Ficher, M. C., & Tiriba, L. (2009). Saberes do Trabalho Associado. In A. D. Catanni, et al. (Orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina/CES.
- Freire, P. (2017). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2009). *Economia Solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Paulo Freire.
- Gaiger, L. I. (2003). A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista, *Caderno CRH*, (39), 181-211.
- Gohn, M. da G. (1999). *Movimentos sociais e educação*. (3 ed.) São Paulo: Cortez.
- Marx, K., & Engels, F. (1978). *Crítica da Educação e do Ensino*. (A. M. Rabaça, Trad.) Lisboa: Moraes.
- Mance, E. A. (2000). *A Revolução das Redes*. Editora Vozes.
- Melo, A. B. (2012). *Cooperativismo e trabalho autogestionário: entre o real e o possível*. Curitiba: Appris.
- Praxedes, S. F. (2009). *Políticas públicas e economia solidária: novas práticas, novas metodologias*. Ipea, Mercado de Trabalho.
- Schar, J. F. (1967). *A Missão Econômica e Social das Cooperativas de Consumo*. (4 ed.) São Paulo: Serie Consumo.
- Squarezi, S. B. (2011). *Autogestão e Economia Solidária: limites e possibilidades*, São Paulo.
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- Zart, L. L. (2023). A interpretação das coisas do mundo: a compreensão da ciência a partir da arte. *Revista da Faculdade de Educação*, 38(2), 75–88. Recuperado de <https://doi.org/10.30681/21787476.2022.38.7588>.
- Zart, L. L. (2019). Produção social do conhecimento nas experiências da socioeconomia solidária no Núcleo Unemat-Unitrabalho. In L. L. Zart, E. S. M. Paezano, & J. de O. Martins (Orgs.), *Fundamentos da Produção Social do Conhecimento. Educação e Socioeconomia Solidária*. (pp. 157-184; Vol. VIII). Cáceres: Editora Unemat.
- Zart, L. L. (2012). *Produção social do conhecimento na experiência do curso de agronomia dos movimentos sociais do campo (CAMOSC): interação da Unemat e de movimentos sociais do campo*. Campinas/SP.

ABSTRACT:

Training and Organization: experience in solidarity economy and cooperativism is a narrative about the involvement of groups of subjects who are willing to live a collective experience, in a common commercialization space in a solidarity economic enterprise. Taking as a reference the scenario where the social struggles originated, which serves as the basis for the structuring of cooperativism and the solidarity economy movement. We conceive the locus and subjects in their territorial, historical-social and political dimensions. In the search to answer whether, and how, the involvement of producers/consumers in the Solidarity and Sustainable Consumption Cooperative (Cooperssol) constituted a pedagogical practice capable of promoting changes in social practices for the constitution of a culture of solidarity?

KEYWORDS: Solidarity incubation; Cooperativism; Popular education; Social movement.

RESUMEM:

Formación y Organización: experiencia en economía solidaria y cooperativismo es una narrativa sobre la involucración de grupos de sujetos que están dispuestos a vivir una experiencia colectiva, en un espacio común de comercialización en una empresa económica solidaria. Tomando como referencia el escenario donde se originaron las luchas sociales, el cual sirve de base para la estructuración del cooperativismo y el movimiento de economía solidaria. Concebimos el locus y los sujetos en sus dimensiones territoriales, histórico-sociales y políticas. ¿En la búsqueda de responder si, y cómo, la participación de productores/consumidores en la Cooperativa de Consumo Solidario y Sostenible (Cooperssol) constituyó una práctica pedagógica capaz de promover cambios en las prácticas sociales para la constitución de una cultura de solidaridad?

PALABRAS CLAVE: Incubación solidaria; Cooperativismo; Educación popular; Movimiento social.